

NOÇÕES DE IDENTIDADE DE STUART HALL E O DIÁLOGO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Glauber Paiva da Silva¹

Universidade Federal Rural de Pernambuco

E-mail: glauber.historia55@gmail.com

RESUMO

O fenômeno causado pela globalização no século XXI em todo planeta favoreceu e causou a diminuição de barreiras culturais e identitárias por meio da grande troca de informações que obtemos na sociedade. Em nossos dias alguns sociólogos compreendem a noção de identidade como algo fluido e fragmentado, enquanto para muitos outros o patrimônio cultural, que dialogaria justamente com esta identidade, a solidificaria e lhe traria uma ideia de permanência. Será que as identidades culturais envoltas aos patrimônios imateriais estariam de fato se perdendo dos sujeitos em meio à globalização que vivemos? É pensando nessa bifurcação que teceremos nossa reflexão, envolvendo identidade e patrimônio cultural. A partir da discussão empreendida, em *Identidade cultural na pós-modernidade* (2006), de Stuart Hall, analisaremos seu entendimento sobre identidade em nossos dias e tentaremos, a partir disso, discorrer sobre como essa identidade cultural dialogaria com o patrimônio cultural e, mais especificamente, o patrimônio cultural imaterial. Para compreendermos sobre o patrimônio cultural imaterial no Brasil nos utilizaremos das ponderações de Bryner (2007), em *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*, em nosso artigo. Tentaremos entender e refletir, se de fato, tal identidade fragmentada não resguardaria a identidade impressa no patrimônio imaterial.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Patrimônio Imaterial. Globalização.

Introdução

A constituição de um patrimônio cultural se dá pela necessidade de preservação de determinados bens culturais de cunho material e imaterial que são importantes para a sociedade. Alguns entendem que esses patrimônios culturais também teriam a função de mostrar a construção de uma nação e, conseqüentemente de uma identidade cultural. Portanto, os patrimônios culturais dialogariam diretamente com as nossas identidades.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Todavia, vários pensadores das ciências sociais compreendem a identidade em nossos dias como fluida e fragmentada. Um deles é o conhecido Stuart Hall, com suas reflexões na obra “*A identidade cultural da pós-modernidade*” sobre o sujeito pós-moderno que tem uma identidade fragmentada em razão da globalização e do hibridismo cultural.

Mas será que as identidades culturais envolvidas aos patrimônios imateriais estariam de fato se perdendo dos sujeitos em meio à globalização que vivemos? É pensando sobre esse questionamento que teceremos nossa reflexão neste artigo e tentaremos fazer o cruzamento com as questões relacionadas à identidade e ao patrimônio cultural imaterial.

O nosso artigo tem como premissa interligar as concepções de identidade vistas nas discussões de Stuart Hall com a prática de seleção de bens culturais para constituição de um patrimônio cultural e, mais especificamente, do patrimônio imaterial. Como já relatado, a identidade é vista em nossos dias como flexível, em constante mudança, enquanto o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, caminha em sentido diferente, haja vista que essa prática tem uma ideia de permanência, solidifica valores e tem como uma de suas justificativas a construção ou fortalecimento das identidades, e é com essa convicção que esperamos ser esta uma discussão bastante proveitosa.

Portanto, tentaremos mostrar as noções de identidade a partir das discussões de Stuart Hall, para, em seguida, discutirmos o patrimônio imaterial, e por fim, tentaremos refletir sobre esse diálogo entre identidade cultural e patrimônio imaterial.

1. Identidade

Os estudos sobre identidade remetem a algumas concepções produzidas sobre a temática, a partir das quais construíram-se categorias para a reflexão em torno da identidade cultural. Assim, inicialmente, pensar sobre identidade em Stuart Hall, nos faz refletir sobre três concepções diferentes: a do sujeito iluminista; a do sujeito sociológico

e a do sujeito pós-moderno. A partir dessa análise, podemos observar as diferenças históricas, culturais e sociais mediante as quais as pessoas que viveram em determinado período dialogavam com sua identidade e as principais diferenças entre essas três concepções.

A concepção de identidade do sujeito iluminista estava baseada em um indivíduo totalmente centrado e unificado, cujo centro remetia a um núcleo interior que surgia inicialmente quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia ao longo de sua existência, muitas vezes sem mudança e com a mesma perspectiva individualista, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação individuais (HALL, 2006).

A segunda concepção é a do sujeito sociológico, para qual o indivíduo entendia que o núcleo interior do sujeito moderno não era autônomo e autossuficiente, mas formado a partir da relação entre pessoas na sociedade. Assim, mediante a relação desse sujeito com a sociedade, sua identidade interage com símbolos, valores e práticas, que formam a cultura. Deste modo, o sujeito ainda tem o seu “eu real” dentro de si, contudo este “eu” acaba sendo formado e modificado com o diálogo contínuo com os “mundos culturais exteriores” e as outras identidades que esses mundos oferecem (HALL, 2006).

Por fim, a concepção do sujeito pós-moderno apresenta um indivíduo sem identidade fixa ou permanente, muito menos uma identidade que parte de uma essência. Nesse caso, a identidade é formada e transformada continuamente em relação aos diálogos de diversidade cultural que nos rodeiam. Essa identidade é definida historicamente e não biologicamente. Como explica Hall (2006):

[...]o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p.13)

Desse modo, a concepção do sujeito pós-moderno está totalmente atrelada à nossa realidade, já que vivemos em uma sociedade em constante mudança e

transformação, com troca de informações em alta velocidade, com diversas culturas em vários lugares diferentes, atuando diretamente na identidade das pessoas em um mundo globalizado. Antes de pensarmos a ideia de globalização e como ela é uma categoria da reflexão sobre identidade, cabe-nos inicialmente pensar sobre a identidade nacional.

Refletir a respeito de identidade nacional é fazê-lo a partir do interior da representação cultural, já que não nascemos com essa ideia de identidade nacional. A partir do discurso e dos símbolos que nos são transmitidos intergeracionalmente, tornamo-nos parte de uma nação. Assim, ganhamos um sentimento de identidade e lealdade para com aquela nação de que fazemos parte. Como frisa Hall (2006, p.50), “uma cultura nacional é um modo de construir sentidos – um discurso – que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção de nós mesmos”.

Logo, a cultura nacional atua na população como uma fonte de significações culturais, um foco de identificação e um sistema de representações. Hall (2006) discute qual o sentido para essas questões, enfatizando que:

[...] não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional (HALL, 2006, p. 59).

Destarte, o sentimento pela nação se dá de acordo com a transmissão desse discurso de significações para as novas gerações e como essas novas gerações atribuem significados a ele.

Contudo, a ideia de unificação da identidade cultural por meio da cultura nacional está sujeita a questionamentos por várias razões. Entre elas, ressaltamos que a maioria das nações tem culturas diferentes, mesmo através de unificação política, do ponto de vista cultural, por serem compostas de diferentes classes sociais, como também diferentes grupos étnicos e de gênero. Assim, a cultura nacional não atinge todos esses grupos. A ideia de formação da identidade nacional por meio da cultura nacional torna-se genérica, por supostamente envolver todos os grupos em uma só formação.

Atualmente, o motivo que mais qualifica a ideia de desconstrução da formação da identidade cultural a partir da cultura nacional seria o processo de mudanças proporcionadas pela globalização que ocorre em todo o planeta. Para Anthony McGrew, citado por Hall (2006, p. 67-68):

[...] a “globalização” se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. A globalização implica um movimento de distanciamento da ideia sociológica clássica da “sociedade” como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço. (HALL, 2006, p. 67-68).

Dessa maneira, a globalização resulta na diminuição das fronteiras de distância e de escalas temporais, atuando diretamente no espaço-tempo e no efeito que isto causa sobre a formação das identidades culturais. Como comenta Hall (2006, p.65), “[...] As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdade e de diferenças sobrepostas”. Nesse diapasão, as consequências da globalização sobre as identidades culturais seriam a desintegração das identidades culturais por meio da homogeneização cultural e o declínio dessas identidades nacionais em novas identidades, agora híbridas.

2.Patrimônio Imaterial

Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 ampliaram as noções de patrimônio cultural ao entender que, além dos patrimônios materiais, também é necessário reconhecer a existência de bens culturais de natureza imaterial e preservá-los. Após estudos coordenados pelo IPHAN, temos o Decreto 3:551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, além da criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Entretanto, uma pergunta precisa ser feita: que bens culturais imateriais seriam esses? O IPHAN preocupa-se com a preservação dos saberes, das habilidades, das crenças, das práticas e dos modos de ser das pessoas. Desse modo, o Departamento do

Patrimônio Imaterial do IPHAN cuida dos processos e práticas, e valoriza os saberes e os conhecimentos populares.

Podemos citar, nesse sentido, ofícios e saberes artesanais; as maneiras de plantar, cultivar e colher, bem como, caçar e pescar; a utilização de plantas como remédios e alimentos; danças e músicas; o modo de construir casas, de vestir, de falar; as festas e rituais religiosos e populares, entre outros. Brayner (2007) comenta um pouco sobre esses bens culturais:

Os significados atribuídos aos bens culturais, assim como às práticas a eles associadas, podem se transformar ao longo do tempo e também podem variar de uma pessoa para outra, de uma família para outra, de um bairro para outro. Temos assim, por exemplo, os diversos grupos que brincam o boi não apenas no Maranhão, mas também no Piauí e em vários outros estados brasileiros. Podemos citar também as festas de São João e as tradicionais brincadeiras de roda e de pião que ocorrem por todo o país e apresentam variações de forma e significado de um lugar para outro. Independentemente dos mais diversos significados que possam ser atribuídos a uma manifestação ou bem cultural, considera-se patrimônio aquele que é reconhecido pelo grupo social como referência de sua cultura, de sua história, algo que está presente na memória das pessoas do lugar e que faz parte do seu cotidiano. (BRAYNER, 2007, p.14-15)

Em todo caso, entendemos que a prática da preservação dos patrimônios de cunho imaterial ainda é recente e em construção. Contudo, o que nos é claro é que o principal objetivo da preservação do patrimônio imaterial seria a de cuidar dos meios de execução de um bem cultural. Enquanto o patrimônio material tem a preocupação de preservar o objeto em si, o patrimônio imaterial pretende preservar as formas de fazer, os meios dos quais se consegue fazer o bem cultural. Sobre isso Amaral (2015) ressalta:

[...] pode-se dizer que a perspectiva de patrimônio imaterial se desloca do objeto, do produto final de determinada prática ou manifestação para, um passo atrás, centrar-se no processo de produção, ou seja, no saber fazer ou executar determinado bem cultural. O central agora passa a ser o meio pelo qual o bem cultural existe e se transforma, e não tanto o seu fim, embora este também seja um aspecto importante para se apreender o bem cultural na sua totalidade. Esta é a principal especificidade da política do patrimônio imaterial. Contrapondo-a com a política do patrimônio material, chega-se ao seguinte resultado: enquanto as ações sobre o patrimônio material visam conservar o objeto patrimônio, preservando-o por inúmeros meios pelo tempo que for possível, as ações sobre o patrimônio imaterial visam “conservar” o conhecimento (imaterial) que possibilita a materialização de práticas e expressões culturais. (AMARAL, 2015, p.28)

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial apoia e fomenta projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Ele tem como principais objetivos captar recursos, implementar uma política nacional de inventário, registro e salvaguardas de bens culturais de natureza imaterial, promover uma rede de parcerias, contribuir para a preservação da diversidade cultural do país e para a divulgação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro para toda a sociedade e incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade (BRAYNER, 2007).

Todos os bens são inventariados, documentados e estudados, isso porque tais estudos ajudam a identificar os problemas que ameaçam a manutenção desses bens, como também as formas de produção, circularização e valorização ajudam na melhoria das comunidades que se identificam com tal patrimônio.

Outra política importante do IPHAN quanto ao patrimônio imaterial é valorizar a contribuição dos diversos grupos que formaram a sociedade brasileira. Seja por uma política compensatória, seja por, de fato, uma valorização, tais grupos estão cada vez mais presentes nas listas de bens culturais do IPHAN, como cita Amaral (2015):

Até o momento, a lista de bens culturais registrados disponível na página do Iphan na internet soma um total de 29 registros. Dentre eles, tem-se: seis bens culturais de povos indígenas; seis bens culturais diretamente ligados a grupos de matriz afro-brasileira; os outros bens registrados, majoritariamente, são representativos de grupos ou comunidades locais, relacionados a experiências coletivas do trabalho, da religiosidade e da sociabilidade ou entretenimento. (AMARAL, 2015, p.29)

Sendo uma política afirmativa desses grupos e de suas práticas e expressões, o patrimônio imaterial vem conseguindo dar visibilidade para quem já foi excluído de tais políticas, valorizando a cultura brasileira e as práticas a ela circunscritas.

Entendemos assim que o patrimônio imaterial, mais do que o patrimônio material, consegue dialogar com a identidade cultural de determinados grupos que formam o Brasil. Mas se as identidades para, Stuart Hall, são fragmentadas em nossos dias, será que, de fato, os sujeitos se observam em tais grupos, práticas e expressões

priorizadas pelo patrimônio imaterial? É o que tentaremos discutir em nosso próximo tópico.

3. Um diálogo: entre identidades e patrimônios

A cultura de um povo está intrinsecamente relacionada à sua identidade, já que as pessoas que fazem parte de cada sociedade e suas respectivas culturas são constantemente expostas ao conjunto de conhecimentos que formam as práticas culturais. Dessa maneira, percebemos que a cultura tem grande influência na formação da identidade de uma sociedade, moldando-a segundo suas práticas e costumes.

As práticas culturais são um conjunto de conhecimentos adquiridos, tais como costumes, relações sociais, manifestações intelectuais, artísticas e religiosas de um povo. Estas são transmitidas intergeracionalmente e se perpetuam na sociedade, articulando-se com a população e dialogando com sua identidade cultural.

Desse modo, no que se refere ao ser humano, compreendemos que cada pessoa, a partir dos contextos culturais em que vivem, elaboram visões e práticas culturais e sociais diferenciadas. Sobre cultura e identidade, Brayner (2007) comenta:

As pessoas fazem parte de diferentes grupos sociais, cujo alcance pode ou não ser local: o grupo da igreja, o grupo de fundadores da cidade, o grupo dos comerciantes, o grupo das mulheres, o grupo dos seringueiros, entre outros. Assim, durante sua vida, as pessoas constroem suas identidades ao se relacionarem umas com as outras em diferentes contextos e situações. A identidade de uma pessoa é formada com base em muitos fatores: sua história de vida, a história de sua família, o lugar de onde veio e onde mora, o jeito como cria seus filhos, fala e se expressa, enfim, tudo aquilo que a torna única e diferente das demais. (BRAYNER, 2007, p.6)

As pessoas fazem parte de grupos sociais que compartilham histórias e memórias coletivas, estando, dessa forma, unidas por um passado comum, com a mesma língua, costumes, saberes etc. e tudo isto faz com que tais pessoas se identifiquem umas com as outras, formando, assim, esses grupos.

Em nosso país, podemos citar vários exemplos desses tipos de grupos, desde os quilombolas e indígenas que estão ligados por laços sanguíneos e históricos, até grupos

que se juntam por meio de práticas culturais, como os que fazem parte de associações de carnavais e São João, por exemplo. Para Brayner (2007):

Quando alguém é identificado como wajãpi, por exemplo, apresenta uma série de características deste povo indígena como o jeito de falar, o uso de adereços ou pinturas no corpo, o modo de construir casas, as formas de celebrar, de narrar os mitos que são contados pelos mais velhos aos jovens. (BRAYNER, 2007, p.7)

Mas se as identidades em nossos dias são fluidas e fragmentadas, será que essas noções também atingem esses grupos de identidades culturais?

Para Stuart Hall, as identidades nacionais das quais fazemos parte não estão impressas em nosso gene, mas se constituem a partir das culturas nacionais. Assim, as identidades nacionais são formadas e transformadas no interior pelas representações de uma dada cultura nacional. A nação é uma comunidade simbólica e produz um sistema de representação cultural, fazendo com que as pessoas participem da ideia de nação e pertencimento àquele local, criando um sentimento de identidade e lealdade.

A lealdade e a identidade, que, em uma era pré-moderna, eram destinadas a tribos, ao povo, à religião e a uma região, hoje se transferem para a cultura nacional, sendo esta um discurso – um modo de construir sentidos – que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmo. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contados sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.

Mas como é contada a narrativa da cultura nacional que tenta unir todos a uma identidade nacional? Stuart Hall explica que isso se dá por meio de algumas características que constroem a ideia de nação, sendo elas: uma *narrativa da nação*; há ênfase nas *origens*, na *continuidade* e na *intemporalidade*; na *invenção da tradição*; no *mito fundacional* e por fim num *povo fulk puro*. Em nosso entendimento o patrimônio cultural estaria no seio da narrativa da nação, pois também dá sentido de nação.

O patrimônio produz o sentimento da narrativa, de algo importante que não pode se perder e que faz parte da essência da nação e conseqüentemente da identidade nacional. Assim entendemos que o patrimônio material para Stuart Hall é na verdade uma estratégia da nação para criar além de uma narrativa de nação, um sentimento de pertencimento do sujeito àquele local.

Ainda sobre identidade, Stuart Hall acredita que a globalização da pós-modernidade estaria inteiramente ligada à fragmentação das identidades culturais. Os meios de comunicação, a troca rápida de informações e principalmente a internet transformaram totalmente o mundo, e com isso as fronteiras de cada nação “caem por terra”. Qualquer um pode interagir com múltiplas culturas sem sair da própria casa. Seja por meios de filmes, músicas, séries, *animes*, até aulas e leitura, as culturas se entrelaçam por meio da globalização e por isso a fluidez da identidade cultural.

Contudo, quando pensamos em grupos que estão ligados ao patrimônio imaterial, acreditamos que essa identidade cultural não se perde, mesmo com toda a fragmentação das identidades pós-modernas. Hoje, cada dia é mais raro encontrar pessoas que não estão envolvidas com a globalização, já que ela está presente cada vez mais em nossas vidas. Todavia, entendemos que uma pequena parcela de pessoas não tem essa globalização em “mãos”. Isso pode se dar por opção própria e falta de interesse ou por não terem os meios necessários para participarem disso.

Muito mais que isso, a identidade cultural ligada a um patrimônio imaterial pode até se distanciar de um dado sujeito com o tempo, mas é definitivamente muito difícil ver uma discrepância tão grande que o faça se perder totalmente. Brayner (2007) assim exemplifica essa questão:

[...] uma pessoa que migrou do sertão nordestino para uma cidade grande do sudeste certamente vai assimilar novos hábitos e costumes, talvez até mude algumas de suas crenças e valores, mas é muito provável que conserve traços e apego à sua cultura de origem, o que a tornará ao mesmo tempo próxima mas, por outro lado, diferente das pessoas que permaneceram em sua terra natal. (BRAYNER, 2007, p.9)

Assim, por mais que indivíduos estejam sendo bombardeados com a globalização e o hibridismo cultural, talvez as práticas que eles desenvolvam juntos, os locais de sociabilidade e seu interesse pela manutenção dessa cultura não os façam perder sua identidade cultural totalmente.

Para Souza (2011), a identidade cultural relacionada ao patrimônio imaterial também teria um caráter de reconhecimento e reivindicação:

No movimento de complexificação do mundo, em que as mudanças ocorrem cada vez mais rápida e profundamente, tanto na configuração do mundo quanto nas relações sociais aí desenvolvidas, as identidades tornam-se fluidas, mas assumem também um caráter político. Transformam-se em estratégias na luta por reconhecimento de direitos e, em alguns casos, o patrimônio cultural, principalmente o imaterial, tem se constituído numa ferramenta. Assim, os membros de comunidade quilombola podem utilizar sua identidade étnica para fazer valer seu direito à terra em que residem. Ou um grupo de indivíduos que produzem um determinado produto artesanal podem pleitear o reconhecimento de sua prática como patrimônio, como forma de garantir seus direitos e também conquistar o reconhecimento do restante da sociedade. Neste contexto a “identidade” parece um grito de guerra usado numa luta *defensiva*: um indivíduo contra o ataque de um grupo, um grupo menor e mais fraco (e por isso ameaçado) contra uma totalidade maior e dotada de mais recursos (e por isso ameaçadora). (SOUZA, 2011, p. 9-10)

Desse modo, seja por meio da perpetuação das práticas culturais de um dado patrimônio imaterial, seja para reivindicações e reconhecimentos, acreditamos que por mais fluidas que as identidades culturais sejam, as pessoas que dialogam com determinados patrimônios imateriais não perdem totalmente tal essência.

Claro que as identidades em nossos dias não serão jamais fixas em um dado núcleo, como Hall (2006, p 89) explica: “não são e nunca serão *unificadas* no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, várias ‘casas’”. Contudo, para os indivíduos que fazem parte de um dado grupo que dialoga com patrimônios imateriais, essa identidade sempre estará lá. Temos identidades fragmentadas em nossos dias, mas para determinados sujeitos parte dessa fragmentação já estará ocupada por alguma identidade cultural que permeia a sua história.

Conclusão

Nesse mundo em que estamos constantemente trocando informações, dialogando com outras culturas de diversos modos diferentes e vivendo cada vez mais em um lugar virtual, que nos faz interagir com uma gama de pessoas dos mais diversos lugares, a nossa identidade, de fato, confabula com várias culturas, fragmentando nossa identidade cultural e deixando ela fluida, conforme nos relacionamos.

Na busca pelo sentido de si, o patrimônio cultural não pode definir ou trazer permanentemente a identidade de um sujeito ou de grupos, na discussão envolvendo as ciências sociais. Contudo, entendemos que ele é um dos elementos que sempre vão remeter à identidade, principalmente para aquelas pessoas que estão envolvidas com o patrimônio cultural imaterial.

Ao estarem participando dos saberes, das habilidades, das crenças, das práticas e dos modos de ser das pessoas, os sujeitos estão interagindo com sua identidade, com a dos outros sujeitos e com aquele patrimônio. Assim o patrimônio cultural imaterial não define totalmente a identidade de um sujeito, mas, sem sombra de dúvidas, faz parte de sua identidade cultural.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Leandro Ribeiro do. **Historicidade e aspectos centrais da política federal do patrimônio cultural imaterial**: uma interpretação. Revista CPC. São Paulo, 2015.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. IPHAN. Brasília, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

SOUZA, Edson Vander de. **Identidade e patrimônio cultural**: algumas considerações. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery. 2011.

